

Biblioteca - Koiné  
(X) Cadastrado  
(X) Processado

KARDEX	(X)
MC	(-)
PP	( )
...RAL	( )

Nº 532 - de 23 a 29 de janeiro de 1990

# Aconteceu

## *Greve na Petrobrás pára refinarias no país*

Os petroleiros entraram em greve no dia 16 exigindo um reajuste de salário de 64 por cento a título de reposição das perdas acumuladas com a inflação. Das onze refinarias da Petrobrás, sete tiveram a produção totalmente interrompida e as demais ficaram parcialmente paradas. Apenas alguns setores foram mantidos, como, por exemplo, a produção de gás de cozinha. Para demonstrar a força do movimento, os grevistas fizeram uma manifestação (foto) em frente a sede da empresa, no Rio, mobilizando a categoria. Páginas 14 e 15

Guilherme Pinto



Petroleiros decidem pela greve em frente à sede da Petrobrás, no Rio.

***Privatização de empresas começa por estradas, hidrelétricas e siderurgia.***

Página 5

***OAB teme abuso de medidas provisórias pelo futuro governo.***

Página 6

056  
1990

## ***Ibama queima toneladas de peles***

Toneladas de peles e couros de animais silvestres arderam dia 16 em grandes fogueiras armadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 16 Estados, num dia de protesto contra a extinção da fauna brasileira. Só no Rio foram

incineradas cem mil peles, pesando 27 toneladas, além de redes de pesca e outros artefatos, como bolsas e sapatos, recolhidas nos últimos quatro anos. Quinhentas armas apreendidas no Rio foram entregues ao Exército para que sejam destruídas. (O Globo, 17/01/90)

## **Angra I não quer mais ser "vaga-lume"**

A usina nuclear Angra I, em Angra dos Reis (RJ), completou agora em janeiro, seu quinto aniversário, operando e preparada para cumprir sua função: gerar energia elétrica. Nesses cinco anos, ela já foi desligada 25 vezes e ficou parada cerca de dois anos e meio por problemas técnicos e judiciais - daí o apelido "vaga-lume" - e gastou vários milhões de dólares para repor equipamentos defeituosos fornecidos pela empresa norte-americana Westinghouse, a fabricante da usina. De 1982, quando ainda estava em testes, até outubro de 1989, Angra I gerou cerca de oito bilhões de quilowatts, energia suficiente para alimentar sete milhões de residências durante doze meses. O Estado de São Paulo precisaria de 8,4 usinas de Angra I para ser abastecido de energia elétrica.

Roberto Haig, presidente de Furnas Centrais Elétricas, calcula que o prejuízo da usina é de US\$ 300 mil por dia de paralisação. Se o cálculo estiver correto, Angra I perdeu pelo menos US\$ 273,6 milhões até agora, apenas por conta dos dias parados. Juntando-se o custo total de construção da usina, de aproximadamente US\$ 1,8 bilhão, aos gastos de US\$ 25 milhões para comprar e reparar equipamentos, Angra I obrigou o governo a desembolsar US\$ 2 bilhões, desde que começou a ser construída, em 1972.

A mais recente paralisação da usina ocorreu no dia 1º de outubro para troca de combustível (urânio

enriquecido), um fato rotineiro em reatores nucleares, uma operação que dura pelo menos 30 dias. Angra I deveria, assim, voltar a funcionar no final de novembro, mas uma decisão judicial fez com que ela permanecesse fechada até o dia 16 deste mês.

Na semana passada, Roberto Haig, presidente de Furnas, causou polêmica ao afirmar que o município do Rio poderia sofrer blecaute caso a usina ficasse mais tempo fora de operação. O físico Ennio Candotti, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), refutou o alerta de Haig. "A direção de Furnas está fazendo terrorismo, pois no Rio tem outras opções para evitar o blecaute", observou Candotti.

### **Angra 2 e 3**

Angra I foi o principal pilar para o desenvolvimento do que hoje é chamado de Programa Nuclear Brasileiro. Na sequência desse projeto, que visa ao domínio completo da tecnologia nuclear, o governo brasileiro iniciou outro projeto - o de construção das usinas Angra 2 e 3, em 1975, quando assinou o acordo com a Alemanha Ocidental. O governo brasileiro, desiludido com os resultados operacionais de Angra I, passou a usar em Angra 2 e 3 os reatores de fabricação Kraftwerk Union (KWU), com operação prevista para 1993, se houver recursos, da ordem de US\$ 1,3 bilhão. (O Estado de São Paulo, 17/01/90)

Aconteceu n° 532  
23 a 29 de janeiro de 1990

**CEDI Centro Ecumênico  
de Documentação  
e Informação**  
Rua Cosme Velho, 98 Fundos  
Telefone: (021) 205-5197  
22241 - Rio de Janeiro - RJ  
Av. Higienópolis, 983  
Telefone: (011) 825-5544  
01238 - São Paulo - SP

Editor  
**Xico Teixeira**  
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente  
**Lígia Dutra**  
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria  
**Ellane Lobato**

Composição  
**Kátia Simões**  
**Paulo Roberto S. Garcia**

Produção Gráfica  
**Alcino Demby**

Fotolitos e Impressão  
**Tribuna da Imprensa**

Conselho de Publicações  
**Carlos Alberto Ricardo**  
**Carlos Cunha**  
**Flávio Irala (coordenador)**  
**Jether Pereira Ramalho**  
**Luis Flávio Rainho**  
**Maria Cecília Iorio**  
**Maurício Waldman**  
**Vera Maria Massagão Ribeiro**  
**Xico Teixeira**

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 30,00  
Assinatura de apoio: NCz\$ 45,00



## Newton Cardoso acusado de desmatamento irregular

A Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) denunciou à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado uma série de irregularidades que o Instituto Estadual de Florestas (IEF) teria cometido no processo em que autorizou o desmatamento de 5.220 hectares de floresta na Fazenda Veredão, município de Taiobeiras, norte de Minas, de propriedade do governador Newton Cardoso.

A Amda solicitou à Delegacia Regional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a realização de vistoria para confirmar o

desmatamento ilegal. Segundo a representação da Amda, a área autorizada para desmate corresponde a quase 100% da cobertura florestal existente na propriedade, que é de 5.640 ha.

A diretora da Amda, Maria Dalce Ricas, lembra que a Lei 4.771, em seu artigo 16, determina a preservação de no mínimo 20% da área total de floresta da propriedade.

Outra irregularidade denunciada é a ausência do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), de acordo com exigência da Resolução 001/86 do Conama para projetos agrícolas

em áreas acima de 100 ha. A Amda exibiu também cópia de uma carta do supervisor da regional nordeste do IEF, Danilo José da Silva Coelho, enviada em 9 de agosto ao diretor de desenvolvimento do Instituto, Carlos William de Souza, em que são relacionadas três irregularidades no processo: ele já estaria vencido; teria sido descumprida a portaria interna do IEF que obriga a apresentação de planta da propriedade; e, por fim, afirma que o processo foi autorizado sem "anuência ou conhecimento do supervisor regional e do técnico do escritório local". (JB, 19/01/90)

## Áreas de proteção a peixes são definidas na Amazônia

A Amazônia ganha pela primeira vez um plano de preservação para as cerca de 1.500 espécies de peixes que habitam os rios da região. Especialistas em ictiologia reunidos no Workshop 90, em Manaus, mapearam 12 áreas prioritárias para a proteção dos peixes, nove delas situadas em regiões de cabeceiras, onde determinadas espécies apresentam características peculiares e dificilmente são encontradas em outra área da Bacia Amazônica.

Na cabeceira dos rios estão instalados os garimpos e são construídas represas de usinas hidroelétricas. Por isso, o grupo de cinco ictiólogos decidiu assinalar no mapa as re-

giões de cabeceiras do Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira. "São áreas ecologicamente diferentes do restante da bacia, onde a mineração pode provocar danos irreversíveis à sobrevivência dos peixes", justifica o pesquisador Naércio Menezes, do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (USP), coordenador da equipe de cientistas.

O cientista norte-americano Bruce Forsberg, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), verificou que 60% dos peixes coletados nos rios Madeira e Tapajós para análise apresentavam contaminação por mercúrio superior ao limite estabelecido pela Or-

ganização Mundial de Saúde (OMS). "Esse limite internacional, porém, foi estipulado com base num consumo de peixe que pode ser muito menor que o da Amazônia", observa o pesquisador. Como o habitante da região consome cerca de 300 gramas de peixe por dia, os números da OMS podem ser imprecisos.

Também constatou-se a presença de mercúrio no cabelo das pessoas e em jacarés e cobras dos campos de garimpo. "É necessário um estudo epidemiológico mais completo na população que vive nessas áreas", adverte Forsberg. (JB, 18/01/90)

## Atlas do INPE mostra desmatamento da região amazônica

Ao lançar um atlas composto por 198 mapas encadernados em três volumes, o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) pretende consagrar as conclusões de seu polêmico rastreamento por satélite da devastação da Amazônia Legal, nos últimos 16 anos. A instituição sustenta que apenas 5,12% da cobertura natural amazônica foram devastados no período, enquanto dados do Banco Mundial projetam um comprometimento de 11,8%. O lança-

mento vai ocorrer durante uma reunião preparatória às comemorações, em 1992, do Ano Internacional do Espaço, com a presença de especialistas internacionais de sensoriamento remoto na sede do Inpe, localizada em São José dos Campos (município a 85 quilômetros da capital paulista).

Limitado por enquanto a uma tiragem de três exemplares, um deles reservado ao presidente José Sarney, o atlas será arquivado na me-

mória de um computador, não só para permitir edições futuras mas com a finalidade de um acompanhamento histórico do desmatamento nos exatos 4.906.784,4 quilômetros quadrados que compõem a Amazônia Legal. "Um trabalho nessa dimensão é pioneiro no mundo", garante o coordenador do projeto, o geólogo e diretor do Departamento de Sensoriamento Remoto, Roberto Pereira da Cunha. (JB, 18/01/90)

## 'Governo paralelo' do PT já funciona

O gabinete paralelo do PT à administração do Presidente eleito, Fernando Collor de Mello, está funcionando desde o dia 17, em uma das sedes nacionais do PT, na Vila Clementino, Zona Sul paulistana, sob a coordenação de Lula. Numa primeira etapa, Lula e os assessores econômicos do PT estão debatendo as medidas propostas a Collor pela principal assessora econômica, Zélia Cardoso de Mello.

Na terça-feira, dia 23, o *staff* econômico do gabinete paralelo - coordenado pelo principal assessor econômico de Lula, Aloísio Merca-

dante - volta a se reunir em São Paulo.

De acordo com o Secretário Geral do PT, Deputado estadual José Dirceu (SP), a pauta incluirá, nessa primeira etapa, a provável política de Collor nas áreas de Relações Exteriores, Justiça e Forças Armadas.

Até 15 de março, o gabinete paralelo já estará inteiramente formado, com 25 equipes de trabalho - organizadas por áreas administrativas - além de uma Secretaria Geral e uma assessoria de imprensa específica.

O primeiro resultado concreto aparecerá ainda este mês. Trata-se de um diagnóstico sobre a situação econômica brasileira, acompanhado de uma série de variáveis que poderão ser adotadas pelo Ministério da Economia da futura administração.

Este diagnóstico será discutido nos dias 27 e 28, na reunião da Diretório Nacional do PT, em São Paulo, e encaminhado também ao PCB, PC do B e PSB, partidos que integraram a Frente Brasil Popular durante a campanha presidencial. (O Globo, 19/01/90)

## PV leva artistas à TV para o horário político gratuito

Com um programa que misturou humor e a participação de artistas de novelas, o PV abriu, dia 18, a temporada de apresentações dos partidos políticos em rede nacional de rádio e televisão. Atrizes como Lúcia Veríssimo e Lucélia Santos

dividiram espaço com as principais lideranças da legenda, como o jornalista Fernando Gabeira.

Os verdes reclamaram do tráfico de sangue, da venda de armas e da repressão às suas manifestações e pediram soluções para as questões

ambientais. "Aplique no verde", propôs a atriz Louise Cardoso, parodiando a jornalista Lilian Wite Fibe.

O próximo partido a se apresentar na TV será o PCB, no dia 25. (FSP, 19/01/90)

## PCB discute proposta de deixar de ser comunista

Em lugar do 9º Congresso, convocar para este ano o congresso de "refundação" do partido, que não seria mais comunista e procuraria se situar como alternativa "moderna" e não necessariamente marxista para a esquerda brasileira a proposta será discutida em São Paulo, no início de fevereiro, pelos 70 integrantes do Comitê Central do PCB.

Ela já foi apresentada no fim da semana passada à Executiva Nacional, reunida no Rio. Não chegou a ser aprovada. Mas foi polêmica o suficiente para forçar a capotagem de um documento de 22 páginas, com que setores da direção partidária procuravam orientar de maneira menos traumática as discussões que precedem a convocação do congresso.

O porta-voz da proposta de "refundação" do PCB em novos moldes, interrompendo um ciclo iniciado em 1922, foi Jarbas Holanda, representante de um grupo dirigente que procurou radicalizar a concepção de "nova esquerda", submetida ao Comitê Central em novembro, logo após o primeiro turno da campanha presidencial. Na época, o PCB procurou tirar as lições do que julgou ser a adesão à candidatura Roberto Freire de setores da sociedade não comprometidos com sua estrutura orgânica, mas ao mesmo tempo parceiros de um mesmo projeto de democracia.

"Precisamos agora partir para uma ruptura com a unidade orgânica", diz Holanda, para quem não basta apoiar a perestroika de Gor-

batchev, aplaudir o desmoronamento do socialismo real na Europa Oriental, ou discutir a manutenção do marxismo como referencial teórico para os filiados do partido.

Ele e o grupo do qual é porta-voz dizem ainda descartar o "alinhamento automático e incondicional" à frente da esquerda da nascida na campanha de Luís Inácio Lula da Silva ao segundo turno. Haveria como tendência automática a gravitação em torno do "terceiro-mundismo" que esse setor do PCB aponta como pecado intransponível do PT. O que o grupo reivindica "é um novo modelo de desenvolvimento capitalista, não concentrador de renda e submetido a controles sociais". (FSP, 17/01/90)

## Privatização inclui estradas e hidrelétricas

Estradas e hidrelétricas serão construídas com dinheiro de grandes empresas nacionais e estrangeiras, de acordo com o plano econômico que o presidente eleito Fernando Collor de Mello recebeu segunda-feira, dia 17, de sua assessora Zélia Cardoso de Mello. Os investidores terão prazo de até 30 anos para explorar a atividade e recuperar o capital investido e, ao final desse período, as estradas e hidrelétricas passarão à propriedade do Estado. Essa é a base do projeto de lei que deverá ser encaminhado ao Congresso nos primeiros dias do novo governo, para regulamentação do Artigo 175 da Constituição, que trata das concessões de serviços públicos.

Junto com esse projeto, seguirá o que autoriza a privatização de empresas estatais. Se o Congresso aprovar, serão colocadas à venda, entre outras empresas, todas as siderúrgicas estatais, setor onde o papel do Estado já teria se esgotado. Nesse segmento estarão incluídas as principais empresas siderúrgicas do país, como a Companhia Siderúrgica Nacional (no Rio de Janeiro), Cosipa (São Paulo), Aços Finos Piratini (Rio Grande do Sul), Usiminas (Minas Gerais), Acesita (Minas Gerais), Açominas (Minas Gerais) e Tubarão (Espírito Santo).

A construção da *Linha Vermelha*, que vai duplicar a Avenida Brasil, no Rio, deve ser uma das primeiras obras a serem executadas pelo setor privado, depois da aprovação do projeto de lei regulamentando o artigo 175 da Constituição. O projeto deverá se limitar a autorizar o governo a conceder

a exploração da atividade após um processo de concorrência pública, deixando a definição dos programas, taxa de remuneração do capital aplicado e outros detalhes para os contratos a serem firmados com as empresas. No caso da duplicação da Avenida Brasil, por exemplo, o pedágio a ser cobrado pela empresa vencedora da concorrência ou o período de concessão serão definidos num contrato assinado com o DNER.

### Lista

A regulamentação das concessões de serviços públicos será encaminhada ao Congresso junto com as regras para privatização das estatais, que incluirá a lista das empresas que serão extintas ou vendidas. Os dois projetos de lei fazem parte do programade extinção do déficit público, através da entrega de áreas controladas pelo Estado à iniciativa privada. "As empresas estão com recursos sobrando e vamos dar a elas uma oportunidade de investimento", explicou um economista da equipe de Zélia Cardoso de Mello. A proposta é atrair o capital privado que hoje está no **overnight**, financiando o déficit do governo, para projetos de alta rentabilidade. Para forçar o desvio desses recursos, o Banco Central reduzirá as taxas de juros do mercado financeiro.

Outro fator de atração do capital privado nacional e estrangeiro, de acordo com a proposta, é combinar a atividade de uma indústria com sua necessidade de infraestrutura adequada. Uma fábrica de alumínio, por exemplo, que de-

pende intensivamente de energia elétrica, poderá se instalar e receber a concessão para construir uma hidrelétrica, vendendo energia para outros usuários, por um período de 30 anos. Nesse prazo, a empresa teria economizado os gastos com eletricidade e ainda conseguiria recuperar com lucro o capital aplicado. "O grupo do Antônio Ermírio de Moraes já faz isso", diz o técnico, citando o exemplo do grupo Votorantim, que optou pela construção de suas próprias hidrelétricas para enfrentar a crise de energia.

### Grupos

O projeto de lei de privatização das estatais dividirá em grupos as empresas envolvidas no programa, conforme um cronograma de prioridades. As vendas começariam por aquelas que eram do setor privado e passariam ao controle do Estado em consequência de dívidas junto aos bancos oficiais. No segundo grupo, que lista as empresas que seriam privatizadas a médio prazo, vêm as siderúrgicas e outras companhias. "O Estado não tem mais razões para continuar fabricando aços planos", justifica o economista. Ainda há o grupo das empresas que serão simplesmente extintas por absoluta inviabilidade econômica.

A lista está sendo preparada com base nos levantamentos feitos pelo atual governo. Os estudos foram iniciados pela equipe do ex-ministro do Planejamento, João Sayad, que tem representantes no grupo de técnicos comandado por Zélia Cardoso de Mello. (JB, 17/01/90)



## OAB teme medidas provisórias

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) está preocupada com a possibilidade de que Fernando Collor recorra "abusivamente" à edição de medidas provisórias para governar. Para evitar que isso ocorra, o Conselho Federal da entidade elaborou um anteprojeto de lei que regulamenta o uso de tais medidas.

O projeto será formalmente encaminhado ao Congresso Nacional no dia 15 de fevereiro, em encontro

do presidente da OAB, Ophir Cavalcanti, com os presidentes da Câmara, Paes de Andrade, e do Senado, Nelson Carneiro. Segundo Cavalcanti, a OAB quer impedir, por exemplo, que o presidente da República possa, através de medida provisória, alterar os processos dos Códigos Civil e Penal, como estipulou a medida provisória 111 assinada recentemente pelo presidente José Sarney. (FSP, 17/01/90)

## PT devolve verba de convocação extra

Os quatro deputados da bancada do PT na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul devolveram, dia 18, NCz\$ 44,2 mil, cada, referente ao período de convocação extraordinária pelo governador Pedro Simon (PMDB). Em nota, os deputados disseram não concordar com o pagamento, "para votar meia dúzia de projetos que poderiam ser apresentados em dezembro".

Segundo os petistas serão gastos NCz\$ 10,5 milhões este mês com a convocação extra dos deputados, que receberão no período NCz\$ 192 mil, além do vencimento normal.

Os integrantes da bancada do PT - Raul Pont, Selvino Heck, José Fortunatti e Adão Pretto - fizeram a devolução do dinheiro ao Tesou-

ro do Estado na agência da Caixa Econômica Gaúcha, que funciona na própria Assembléia. O líder da bancada, Fortunatti, disse que o pagamento "é imoral, embora legal". Pelo regimento interno, segundo o PT, os deputados da Casa, 55 no total, poderiam transformar a convocação extraordinária em auto-convocação, sem custos.

Com a convocação extraordinária, cada parlamentar receberá NCz\$ 192 mil. A quantia devolvida dia 18 pelo PT refere-se à primeira parcela do valor total. Os petistas pretendem devolver as parcelas subseqüentes e sugerir ao governador para que use o dinheiro na compra de terras para assentar colonos. (FSP, 19/01/90)

## César Maia quer aliança com PSDB

A intenção do PSDB de atrair o Deputado federal César Maia para ser o candidato dos tucanos ao Governo do Rio foi totalmente frustrado. Em reunião, dia 16, no Banco Multiplic, no Centro do Rio, onde o Deputado federal Ronaldo César Coelho, presidente regional do PSDB, tem escritório, César Maia garantiu aos tucanos que não há a menor hipótese de ele abandonar o PDT e defendeu uma coligação das forças democráticas já no 1º turno das eleições de 3 de outubro deste ano. Apesar do PDT ainda não ter

definido seu candidato ao Governo do Rio, César Maia está em plena campanha com agenda de dar injeção a qualquer adversário.

Participaram da reunião, além de César Maia e Ronaldo César, os deputados federais do PSDB Artur da Távola e Ana Maria Rattes, entre outros dirigentes regionais. O encontro durou 2 horas e César Maia aproveitou para expor suas idéias para o Governo do Rio explicitadas no documento que vem distribuindo desde semana passada. (O Dia, 18/01/90)

## Fusão de partidos

O PCB e o PSB já iniciaram as conversações para uma possível fusão. A informação é do Deputado Domingos Leonelli (PSB-BA), que aguarda apenas o retorno do Deputado Roberto Freire (PCB-PE) do Chile para aprofundar as negociações entre as duas legendas.

Por enquanto não há data prevista para essa unificação. O assunto será discutido no Congresso do PSB no fim de abril. A idéia inicial é ampliar o PSB com a união das forças socialistas. Estuda-se também uma possível fusão com o PC do B, mas ainda não houve maiores conversações por causa das divergências históricas entre PCB e o PC do B.

O Deputado Fernando Santana (PCB-BA), defensor da unificação, vai conversar com Leonelli esta semana, mas quer discutir primeiro "a reorganização do palanque presidencial do segundo turno" para disputar as eleições deste ano para governadores, senadores e deputados federais e estaduais. A prioridade para o Deputado comunista é a formação de uma grande coligação entre PSDB, PDT, PT, PSB, PCB e PC do B para eleger os Governadores e fortalecer a bancada da esquerda no Congresso.

- Em São Paulo, por exemplo, acho que o PT deveria abrir para o PSDB, que obteve um saldo mais positivo na eleição presidencial. No Rio não há dúvida: o ex-Governador Leonel Brizola deverá comandar a sucessão estadual. E assim deveria ser feito em todos os Estados, como forma de fortalecer a esquerda em todo o País. Se dividir, não teremos um resultado positivo - afirmou Santana. (Globo, 17/01/90)

## SNI nega dados

O Serviço Nacional de Informações (SNI) negou o pedido de habeas-data de Miguel Pereira dos Santos, feito por sua mãe, Helena Pereira dos Santos. Segundo Helena Pereira, seu filho - que era militante do PC do B - desapareceu na guerrilha do Araguaia, em 1972, quando tinha 29 anos. O pedido de habeas-data visa obter a ficha de uma pessoa num órgão de informação.

Helena Pereira disse ter encaminhado dois pedidos de habeas-data, em 8 de junho e 20 de setembro de 89, através da advogada Michael Mary Nolan. Os pedidos solicitavam esclarecimentos sobre o desaparecimento de Miguel. Segundo Helena Pereira, o SNI não respondeu à primeira solicitação.

A resposta ao segundo pedido foi feita através de uma carta recebida no último dia 9 de janeiro. O SNI negou o habeas-data porque "somente o interessado pode ter titularidade" para requerer sua ficha.

Helena deve decidir esta semana com sua advogada que medidas tomar. Ela pertence ao grupo Tortura Nunca Mais, que reúne familiares de pessoas desaparecidas ou mortas no regime militar. (Folha de São Paulo, 22/01/90)

● **Ao contrário do que anunciado durante a campanha eleitoral, o futuro governo não vai extinguir o SNI. Assim, o presidente eleito vai demonstrando que as suas promessas de campanha serviram apenas como estratégia eleitoral para seduzir o povo com o único objetivo de ganhar votos. Uma vez eleito, as promessas ficam apenas no papel, ou num remendo que definitivamente não altera a estrutura do poder vigente.**

## Inflação não acaba sem recessão

A direção da Ordem dos Economistas de São Paulo afirma que sem uma forte recessão econômica o presidente eleito, Fernando Collor, não conseguirá eliminar a inflação. O vice-presidente da entidade, Geraldo José Gardenalli, disse dia 16 que o programa econômico do novo governo foi feito por um círculo fechado de economistas e que o presidente eleito terá que buscar o apoio dos partidos e dos trabalhadores para enfrentar a recessão econômica em seu primeiro ano de governo.

Em debate realizado na ordem dos Economistas, Gardenalli previu que o presidente eleito vai "acessar" com gastos públicos, aumento de tarifas e reajustes no câmbio, mas "sem a profundidade necessá-

ria para uma redução drástica da inflação".

Na sua avaliação, Collor irá apenas "administrar a inflação" para fugir ao ônus político de uma recessão em ano eleitoral. O presidente da Ordem, Roberto Macedo, concordou com a previsão de Gardenalli e disse que se Collor optar por este caminho estará apenas adiando o problema.

O economista Joaquim Cirne Toledo, professor da USP, disse que haverá dois choques econômicos: um primeiro, logo após a posse, nos moldes dos programas adotados por Sarney - com congelamento de preços e desindexação de salários - que resultaria na volta da inflação no final do ano. (Folha de São Paulo, 17/01/90)

## Tarifas sobem mais que inflação

A tarifa de energia elétrica subiu 53,55% a partir do dia 20. Com isso, o aumento acumulado no mês passou a ser de 67,8% - no dia 1º, as contas de luz já haviam subido 9,3%. O novo reajuste faz parte da estratégia de acelerar o ritmo dos aumentos das tarifas públicas.

O Planalto alega não dispor de outros meios para evitar que o setor estatal entre em colapso no começo

do próximo governo. Os combustíveis estão com reajuste acumulado de 101%, o leite alcançou 122,02% e as tarifas telefônicas chegaram a 88,05%. Técnicos do governo argumentam que é preferível provocar pressões inflacionárias agora a obrigar a futura administração a um "tarifaço" como ocorreu na Argentina. (O Estado de São Paulo, 19/01/90)

## Governo não vai pagar viagem

O presidente José Sarney não pretende autorizar o pagamento de despesas relacionadas às viagens que seu sucessor, Fernando Collor, fará ao exterior antes de ser empossado na Presidência. Sarney apenas autorizou as embaixadas a prestarem toda a assistência que Collor precisar nos países por onde passar.

Com isto, caíram no vazio, dia 16, as declarações feitas pelo ministro-

chefe do Gabinete Civil, Luis Roberto Ponte, de que o governo estava disposto a financiar as viagens de Collor, para dar-lhes um caráter oficial.

Para o ministro da Justiça, Saulo Ramos, o governo estaria cometendo uma "ilegalidade" se custeasse as viagens de Collor. "Isso pode dar origem a ações populares na Justiça", diz. (Folha de São Paulo, 17/01/90)

## Livro de ouro

Itaituba, no Pará, a 900 quilômetros de Belém, produziu no ano passado aproximadamente 30 toneladas de ouro - só um quinto delas com registro oficial. Moeda corrente, o metal distorce os padrões de consumo da região. O jornalista José Nazareno, por exemplo, lançou seu primeiro livro numa boate da cidade. Todos os exemplares foram arrematadas por garimpeiros.

Quase todos eles eram analfabetos, mas carregavam os livros com o mesmo orgulho com que exibiam seus revólveres. (Canal 3, OESP, 19/01/90)

## Novo Collor

No embalo de Fernando Collor - jovem, bonito e desconhecido, mas um sucesso nas eleições -, alguns vereadores do PTB, PFL e PMDB sonham com um fenômeno semelhante para a sucessão estadual paulista.

O escolhido, Bruno Féder, é por enquanto o único vereador do PRN de São Paulo. Mas não por muito tempo - o fisiologismo deve dar-lhe, em breve, novos companheiros, que vão abandonar suas legendas. (Canal 3, OESP, 19/01/90)

## É ele

O deputado Roberto Freire (PCB) já tem seu favorito na sucessão estadual em sua terra, Pernambuco:

- O único meio de as forças progressistas continuarem no poder é a candidatura Jarbas Vasconcelos. (Canal 3, OESP, 19/01/90)

## Também querem

De olho nos balanços que estão sendo divulgados, os bancários decidiram abrir negociações com a Febraban para implantar o reajuste semanal betenizado. A briga começou dia 19 pelo pessoal do Bradesco. (Painel, FSP, 19/01/90)

## Casa nova

Miguel Arraes disse, dia 18, ao deputado Domingos Leonelli (PSB-BA) que o seu destino deve ser mesmo a legenda socialista. O governador tenta levar junto o ex-ministro Dante de Oliveira. (Painel, FSP, 19/01/90)

## Balão

Começam a circular no PT paulista os nomes de Jair Meneghelli e Clara Ant como possíveis candidatos ao Senado. (Painel, FSP, 19/01/90)

## SOS-PMDB

No dia 18, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, telefonou para o governador do Paraná, Álvaro Dias. Marcaram encontro para depois da folga de uma semana que Quércia vai tirar.

Em pauta: os destinos do PMDB. (Informe JB, 19/01/90)

## Afinal

Apareceu alguém no PDT que fala mais do que Brizola.

É o psicanalista Eduardo Mascarenhas, que discursou segunda-feira (15/01) pela primeira vez no partido, durante a convenção, no Rio.

Mascarenhas promoveu uma verdadeira sessão de auto-análise para justificar sua entrada no partido, tecendo considerações freudianas:

- Custei a me aproximar do PDT porque meu pai, durante 12 anos, foi secretário de Getúlio Vargas. Mas, meu Édipo é getulista mesmo. (Informe JB, 19/01/90)

## Meia trava

De Maílson da Nóbrega, sobre a lista de 70 funcionários do Ministério da Fazenda que a equipe de transição está preparando para trabalhar *full-time* até a posse do presidente eleito.

- Todos os que forem solicitados a participar podem ir desde que não haja uma interrupção do trabalho atual. Isso não seria bom nem para o atual governo nem para o que vai começar. (Informe JB, 17/01/90)

## Namorico

O escritor Celso Brandt não conseguiu ganhar a eleição para presidente da República.

Mas seu discurso terceiro-mundista, embora *démoté*, fez a cabeça de um velho e experiente político: o governador Miguel Arraes, de Pernambuco.

Arraes mandou chamar Brandt para uma conversa e admite a possibilidade de ingressar no PMN. (Informe JB, 17/01/90)

## Racismo

Comentário bem-humorado da cantora Fafá de Belém, sobre a notícia de que iria assistir ao show de Joana em Johannesburgo, marcado para dia 27:

- Se não fui ver a Joana no Rio, imagine se irei à África do Sul.

E mais:

Fafá, de maneira nenhuma, emprestaria seu nome à política do *apartheid*. (Informe JB, 17/01/90)

## Fumaça

Há indícios em Brasília de que os modernos do PMDB, caso venham a ser expulsos do partido, já têm endereço certo: o PDC ou o PTB. (Informe JB, 17/01/90)

## É grave a crise

Está faltando Engov nas farmácias do Rio de Janeiro. (Informe JB, 18/01/90)



## Namoro

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) sinalizou, antes de entrar em férias, que aceitaria um encontro com o ex-governador Leonel Brizola.

As articulações estão sendo feitas pelo deputado Luiz Alfredo Salomão. (Informe JB, 18/01/90)

## Recompensa

O polêmico jornalista Ferreira Netto - aquele que às vésperas das eleições de dezembro fez uma entrevista de encomenda durante duas horas e meia com Fernando Collor de Mello - acaba de renovar seu contrato com a TV Record, de São Paulo.

Serão 33 mil BTN mensais. Isto é, NCz\$ 361.409,40, este mês. Pagos por Ferreira Netto à Record, naturalmente. Ferreira Netto acaba de retornar de uns dias de férias na Disneylândia. Seu companheiro de viagem foi o empresário Leopoldo Collor de Mello, primeiro-irmão do presidente eleito. (Informe JB, 18/01/90)

## De passagem

Belisa Ribeiro, escorraçada do comando collorido na fase final da campanha, esteve dia 16 no "bolo de noiva". Falou com o presidente eleito. (Painel, FSP, 17/01/90)

## Família

A família Coimbra cresce em número e influência no esquema collorido. O embaixador Marcos Coimbra já tinha um filho, Marcos Antônio, na assessoria de Collor. Agora tem outro, Gastão, diplomata como o pai. (Painel, FSP, 17/01/90)

## Função

Gastão Coimbra é o responsável pela parte operacional do escritório de transição collorido no prédio "bolo de noiva", anexo do Itamaraty. Também secretaria o pai. (Painel, FSP, 17/01/90)

## Respirando

Coincidindo com a previsão de uma menor inflação este mês, o ministro Maílson da Nóbrega voltou a pedalar sua bicicleta pelas ruas de Brasília. Mas, por prudência, continua evitando as mais movimentadas. (Painel, FSP, 17/01/90)

## Espera-se

O futuro ministro Bernardo Cabral diz que Fernando Collor "está inclinado" a respeitar a Constituição. Que seja uma inclinação para a frente, em sinal de reverência e de submissão. (Painel, FSP, 17/01/90)

## Por enquanto, não

A OAB define parâmetros para seu diálogo como o novo governo: fala com Bernardo Cabral, mas não vê

necessidade de sentar-se à mesa de Collor. (Painel, FSP, 17/01/90)

## Briga menor

Dos 23 senadores cujos mandatos expiram este ano, apenas oito têm chance de voltar. Não é por outro motivo que alguns preferem arriscar uma cadeira na Câmara, onde a disputa é menor. (Painel, FSP, 17/01/90)

## Tudo pelo social

Um antigo adágio popular ensina que a corda arre-benta sempre do lado mais fraco.

A inflação de dezembro, como se sabe, alcançou o patamar de 53,55%.

Só que os alimentos básicos da população brasileira estão com seus preços dando saltos muito maiores num período de 30 dias.

O feijão-preto subiu 190%.

O arroz, 180%.

A carne, 140%.

O café, 180%.

Em tempo:

O slogan do governo é *Tudo pelo social*. (Informe JB, 16/01/90)

## Bastidores

Do deputado Renan Calheiros (PRN-AL), sobre os esforços do presidente eleito Collor de Mello para driblar a imprensa:

- Não podemos divulgar todas as conversas que estamos promovendo porque tem muito especialista em fazer lobby para ministro que, no final, recusa o cargo. E, com isso, o governo pode ser desgastar. (Informe JB, 16/01/90)

## Retrato do Brasil

O deputado Hermas Brandão, como líder e único integrante do Partido Republicano Progressista, no Paraná, tem direito a um gabinete de liderança com um automóvel; uma cota de gasolina de mil litros/mês; uma cota de Correios de NCz\$ 1.200/mês; franquia de telefone e oito cargos em comissão com salários que variam de NCz\$ 7 mil a NCz\$ 19 mil.

E mais: como é praxe na Casa com os líderes, pode solicitar mais um automóvel Chevette e uma ambulância.

Só que o PRP nem registro no TRE paranaense tem. (Informe JB, 16/01/90)

## Indiana Collor

Com a revelação de que pretende ir de sua casa, no Lago Norte, para o Palácio do Planalto, a bordo de uma lancha, o futuro presidente Fernando Collor de Mello deu mais uma demonstração de que não pretende abandonar o estilo Indiana Jones. (Informe JB, 16/01/90)

## Grupo quer salário maior para professores

A regionalização no ensino básico é uma das metas do governo Collor, conforme frisou dia 11 o professor José Luitgard, coordenador do grupo de educação da equipe de transição do novo governo. Ao final da primeira reunião do grupo, que reúne por enquanto oito pessoas, Luitgard garantiu que qualquer plano para melhorar a qualidade do ensino no Brasil passa pela melhoria dos salários do magistério.

A regionalização seria necessária, de acordo com Luitgard, para que os currículos fossem voltados para as realidades locais. Outra prioridade seria a adoção de calendários móveis, na tentativa de evitar a evasão e a repetência escolares.

A pré-escola e a creche-escola com alimentação em tempo integral também estão nos planos do governo Collor, afirmou Luitgard, que negou no entanto, a adoção da pro-

posta dos Cieps de Brizola. Investir no ensino profissionalizante também é considerado importante pela necessidade de formação de técnicos que teriam, inclusive, maior facilidade de serem absorvidos pelo mercado de trabalho. Para combater o analfabetismo, uma das propostas é explorar ao máximo os meios de comunicação, em especial a televisão. (Correio Braziliense/DF, 21/01/90)

## Livro didático pode faltar à escola pública este ano

Caso a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) não consiga, até fevereiro, os recursos necessários repassados pelo Ministério da Educação, a maioria dos alunos de primeiro grau, em todo o Brasil, ficará sem os livros didáticos de Português e Matemática, dos quais precisam para cursar o ano letivo de 1990.

A informação é do diretor de apoio didático e pedagógico da

Fundação, no DF, Edson Wagner.

De acordo com Edson Wagner, a FAE, através do Programa Nacional do Livro Didático, existente desde 1984, distribui material indicado pelos professores das escolas públicas a cerca de 12 milhões e 250 mil alunos.

No caso das disciplinas Português e Matemática, considerando que cada estudante recebe dois livros, o total necessário para 1990 seria de

24,5 milhões de exemplares. Até agora, a Fundação conta com apenas 4,5 milhões de livros, adquiridos em 1989.

"Se trabalharmos com a hipótese de que o orçamento para 1990 seja aberto, garantimos que, até início do mês de abril, os livros estarão nas escolas", afirmou Edson. O orçamento necessário, segundo ele, é de NCz\$ 1,3 bilhão. (Correio Braziliense/DF, 16/01/90)

## Formação profissional atrai mais matrículas

A procura pelas escolas de segundo grau que oferecem cursos profissionalizantes deve surpreender a Fundação Educacional este ano. Em primeiro lugar, devido aos altos preços das mensalidades nos estabelecimentos particulares. O aumento de alunos transferidos poderá superar qualquer previsão.

A diretora-substituta do Departamento Geral de Pedagogia (DGP) do órgão, Consuelo Guimarães, destaca, ainda, os 96 convênios entre empresas e a Fundação, permitindo a contratação de estudantes, e a ênfase dada pelo presidente eleito, Fernando Collor de Mello, aos cursos de profissionalização.

"Os convênios possibilitam a adolescentes de 16 e 17 anos remuneração (em média, meio salário mínimo), com direito a transporte e alimentação.

Além disso, a maioria dos estudantes é contratada depois", afirma Consuelo Guimarães. (Correio Braziliense/DF, 17/01/90)

## Subsecretário tranquiliza professores do estado do Rio

O subsecretário de Administração, Marcos Alencar, garantiu aos professores estaduais do Rio que em fevereiro seu salário-base estará igual ao dos funcionários de nível médio especializado e que, nos salários pagos este mês, a diferença entre os nove níveis continua de

12%. Os professores ameaçavam não voltar a trabalhar em março, caso essas reivindicações não fossem atendidas. Uma comissão de quatro professores esteve com Marcos Alencar, para cobrar a equiparação salarial aos funcionários de nível médio especializado e que a

diferença entre os níveis de salário, ainda em janeiro, fosse de 12%. Em fevereiro, a diferença entre os níveis salariais do magistério baixará para 6%, mas, em compensação, os salários estarão equiparados aos dos profissionais de nível médio especializado. (JB, 18/01/90)

## Acordo com garimpo é golpe de propaganda

O documento assinado no último dia 9 pela Polícia Federal e pelos garimpeiros que invadem a reserva indígena Yanomami, em Roraima, não passou de uma jogada de propaganda para garantir a saída espontânea dos garimpeiros das aldeias de Paapiú e Surucucu e preservar interesses eleitorais de lideranças políticas locais. O anúncio do acordo provocou reações violentas. O procurador da República Eugênio Aragão chegou a pedir a prisão do diretor-geral da PF, Romeu Tuma. Chamado pela Justiça, Tuma reconheceu a inutilidade jurídica do documento. "É uma simples estratégia policial", afirmou.

O governador de Roraima, Romero Jucá Filho, que também participou da negociação, ficou com a imagem de defensor dos interesses econômicos da região e dos garimpeiros que a ocupam, saldo bastante positivo, em um ano de eleições no Estado recém-criado.

Os garimpeiros podem estar sendo induzidos a erro. Estimulados por declarações do ministro Saulo Ramos, acreditam veementemente que a ocupação provisória das áreas definidas no acordo será permanente. Mas isso depende da Justiça decidir. (Folha de São Paulo, 19/01/90)

## Cacique denuncia abandono a Kraó

O cacique Kraó Pedro Penon, da aldeia Pedra Branca, telefonou para pesquisadores da Universidade Católica de Goiás para denunciar o abandono a que ficaram relegados os índios de sua tribo depois das fortes chuvas que atingiram o estado de Tocantins. O cacique se tornou conhecido por ter ficado

dois meses em São Paulo até recuperar do museu da USP uma machadinha de pedra considerada sagrada por seu povo.

Os Kraó vivem em quatro aldeias nos municípios de Itacajá, Goiatins e Manoel Alves, na região nordeste do estado. (JB, 19/01/90)

## Inpe rastreia reserva Yanomami

Já está pronta a fase de teste do programa de rastreamento da reserva Yanomami feito pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Através de imagens de satélites, técnicos do instituto analisaram cerca de 8 mil quilômetros quadrados da reserva para levantar as áreas de garimpo, as pistas de pouso clandestinas e a situação dos rios que cortam a região.

O programa, um convênio com a Funai assinado em de-

zembro, deverá ser finalizado em junho.

Durante o mês de janeiro, os técnicos apresentarão um levantamento de toda a reserva - 19 áreas descontínuas de cerca de 3 milhões de hectares num território de cerca de 9 milhões de hectares - com mapas detalhados.

Também há o projeto de uma análise contínua da região e de rastreamento de prováveis reservas de ouro e outros minerais. (JB, 18/01/90)

## Raoni não quer Íris

O cacique Raoni exigiu a demissão do presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, durante uma manifestação de funcionários do órgão dia 17 à tarde. É a primeira vez, em 23 anos de existência, que os servidores da Funai fazem um protesto. O cacique Kaiapó ficou revoltado ao saber que Íris de Oliveira viajou a Washington num momento de crise, deixando de resolver a invasão de garimpeiros nas terras dos índios Yanomami, em Roraima, e a demarcação da reserva Menkragnotire.

Muito nervoso, Raoni ameaçou: "Se o presidente da Funai não sair, pode ser morto ou machucado aqui dentro". Ele disse que estava "com raiva dos brancos" e que muitos Yanomami poderão morrer, "mas vocês vão morrer junto".

O funcionário da Funai, antropólogo Arthur Mendes, afirmou que o protesto era contra o presidente Íris Pedro de Oliveira e "suas posições dúbias com relação ao genocídio dos Yanomami". Marcos Terena, piloto da Funai, lamentou: "Os Yanomami estão morrendo devagarzinho". A direção da Funai recusou-se a emprestar o auditório, como havia prometido. Os participantes do ato, entre eles vários líderes indígenas, o presidente da Fundação Mata Virgem, Olímpio Serra, e antropólogos da Eletronorte tiveram que falar na rua, sem microfone. O superintendente da Funai, Aírton Alcântara, disse que Oliveira não queria ir aos Estados Unidos, mas depois de muitos convites do Banco Mundial "achou que sua presença era imprescindível". (O Estado de São Paulo, 18/01/90)



## Padres punidos por conservador ganham cargos

A ala progressista da Igreja Católica no Brasil, que vinha mantendo silêncio em relação ao conflito com os setores conservadores da Arquidiocese de Olinda e Recife, resolveu tomar posição. Nos últimos dias, os principais padres e leigos afastados de cargos de confiança na Arquidiocese pelo arcebispo conservador Dom José Cardoso vêm sendo nomeados por entidades nacionais e regionais da Igreja, ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para exercer funções de direção ou estão sendo confirmados nos cargos que ocupavam antes das punições.

Do socorro aos perseguidos não têm fugido até mesmo arquidioceses nordestinas como a de João Pessoa, na Paraíba, comandada pelo arcebispo Dom José Maria Pires. Além de ter reaberto o seminário de sua Arquidiocese para abrigar os seminaristas de Recife prejudicados após o fechamento do Seminário Regional do Nordeste - Serene II -, Dom José Maria convidou para trabalhar em suas paróquias todos os padres punidos por Dom José Cardoso. Já estão na Paraíba o escocês Tiago Torlby, o francês Antonio Guerrin e o italia-

ne Erminio Canova.

O metalúrgico Luís Tenderini, destituído da presidência da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese e eleito em seguida representante nacional do Conselho Nacional de Leigos, entidade ligada à CNBB, afirmou que o cônego certamente nada sabe "porque as comunicações foram enviadas para o arcebispo que está ausente da capital há muito tempo". E concluiu:

"Se ele quiser cópias dos ofícios, nós fornecemos".

A nomeação que mais repercussão alcançou na capital foi a do padre Reginaldo Veloso, destituído por Dom José Cardoso da Paróquia do Morro da Conceição em Recife e punido pelo direito canônico. Reginaldo foi confirmado na presidência do Conselho Regional do clero no Nordeste com o apoio da maioria dos padres da região.

O economista Fernando Gonçalves, diretor e ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz, também afastado pelo arcebispo, foi também confirmado esta semana no cargo de coordenador para as regiões Norte e Nordeste da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Até órgãos proclamados ilegais por Dom José, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tiveram reconhecido seu funcionamento no Nordeste pela Comissão Nacional das Pastorais da Terra. A CPT, que Dom José Cardoso chegou a proibir de atuar em Olinda e Recife, está sendo sustentada por seis bispos do interior de Pernambuco e da Paraíba e continua sediada no Recife, a menos de 500 metros da sede da Cúria.

- Vamos continuar atuando e administrando a oposição do arcebispo ao nosso trabalho - afirmou Luís Tenderini.

Para ele, a forma como os padres punidos vêm sendo acolhidos regional e nacionalmente significa "que a crise da Igreja no Recife vem prejudicando o trabalho geral da instituição e não apenas uma de suas alas".

Cita como exemplo também a carta que 62 dos 210 padres da Arquidiocese, incluindo alguns conservadores publicaram nos jornais de Recife contra as atitudes de Dom José Cardoso. A carta recebeu no início do mês adesão de mais 10 padres, passando a ter 72 assinaturas. (JB, 11/01/90)

## Estados Unidos cobra imposto de igrejas

Numa decisão unânime, a Suprema Corte dos Estados Unidos acabou, dia 18, com um privilégio de quase meio século ao determinar que a partir de agora os grupos religiosos terão de pagar impostos sobre as vendas de Bíblias, panfletos, sermões gravados ou música sacra. A nova legislação foi decorrente do caso envolvendo o controverso pastor televangelista Jimmy Swaggart, mas se aplicará a todos os tipos de seitas.

A Corte decidiu que o Estado da Califórnia poderá aplicar taxas de 6% de imposto sobre as vendas de

Swaggart em particular, e de outras seitas em geral. "Como a taxa se aplica a todos que vendem artigos religiosos e não coloca em perigo a habilidade do pastor de praticar sua religião, ela não é inconstitucional", declarou a juíza Sandra O'Connor. De acordo com a Corte, a taxa só iria contra a Constituição e violaria o direito à liberdade de religião se colocasse em risco a existência da organização religiosa.

O diretor do Conselho Nacional de Igrejas, reverendo Dean Kelley, lamentou a decisão judicial e declarou que muitos líderes religiosos

julgavam que a legislação da Suprema Corte de 1943 e 1944 tivesse garantido a isenção de impostos sobre venda de literatura religiosa. "Pensávamos que a liberdade de expressão deveria ser protegida. Mas aparentemente a Corte não pensa assim", reagiu Kelley.

Para os ministros de Swaggart, a decisão da Justiça significará o desembolso de US\$183.338 em impostos relacionados a vendas efetuadas entre 1974 e 1981, fora uma quantia ainda não calculada pelas vendas nos anos subsequentes. (O Estado de São Paulo,

## Canavieiros param as atividades na Várzea

Cerca de 100 trabalhadores rurais na cana-de-açúcar paralisaram suas atividades dia 10, no município de Sapé. Segundo a diretoria da Fetag - Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a paralisação ocorreu devido ao descumprimento das cláusulas convencionadas e inseridas no dissídio coletivo firmado no mês de outubro.

As cláusulas mais desrespeitadas normalmente pela classe patronal são as referentes à questão econômica, como por exemplo, o salário tabela. A área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar nesta região é explorada por diversos empreiteiros.

De acordo com a Fetag, apenas alguns patrões estão descumprindo o dissídio coletivo, por isso a paralisação está sendo parcial. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura já enviou um advogado

a Sapé, para manter negociação com estes empreiteiros. Caso não haja acordo, a Fetag recorrerá à DRT, bem como à Justiça Federal. Os trabalhadores na cana-de-açúcar da Geasa, em Santa Rita, também poderão entrar em greve, se não forem cumpridas as cláusulas acordadas durante o último dissídio.

### 13º Salário

A Fetag está fazendo um levantamento dos patrões que ainda não pagaram o 13º salário dos trabalhadores rurais e será solicitada uma ação mais eficaz da DRT. Se for necessário, ela poderá entrar na justiça contra os patrões que não tenham efetuado o pagamento do 13º salário. Até agora ainda não foi solucionado o conflito de terra existente na Fazenda Serra Verde, no município de Araruna. Há mais de um ano que as famílias arrendatá-

rias destas áreas estão sofrendo constantes ameaças de seus proprietários. Diariamente são derrubadas as cercas que dão proteção às lavouras dos agricultores. Alguns deles foram espancados e ameaçados de morte.

Os trabalhadores rurais da Fazenda Serra Verde já vieram várias vezes a João Pessoa denunciar as ameaças ao secretário da Segurança Pública, ao governador e ao comandante-geral da Polícia Militar, já que esta tem se omitido na defesa dos agricultores. Até o momento nada foi feito.

O Incra classificou a fazenda Serra Verde como latifúndio improdutivo, enquadrado como área passível de desapropriação. A Fetag e os trabalhadores rurais entraram com pedido de desapropriação. Este projeto está em tramitação. (O Norte, 12/01/90)

### • Atentado

O lavrador Djalma Alves Soares teve sua casa destruída, no último dia 2, a tiros e explosão de dinamite, jogada por cinco pistoleiros da Fazenda Madrizona, pertencente à Agropecuária Yamin, em São José do Xingu (MT). Dado como morto pela própria mulher, Julieta, que correu à cidade para denunciar o atentado à polícia, Djalma contou depois que ouviu os gritos dos pistoleiros e fugiu pela parte de trás da casa, escondendo-se na mata existente na região até que o perigo passasse. Ele perdeu tudo o que tinha, inclusive o maquinário de trabalho e a produção colhida. (JB, 19/01/90)

### • Ocupação de terras

Um grupo de 200 famílias de trabalhadores rurais voltou a ocupar, dia 16, as fazendas Santa Mercedes e São Luís no município de Bataiporan. As propriedades foram tomadas no dia 4 de novembro e desocupadas por força de despejo judicial no dia 29 passado, quando a Polícia Militar usou de força. Um dos posseiros foi ferido a tiro.

Os líderes desta última ocupação explicaram, no

dia 16, que a decisão foi tomada em protesto pelo não comparecimento do dono das fazendas, José Carlos Teixeira, que se comprometeu, quando da desocupação das terras, a acompanhar as negociações sobre a desapropriação da área e a sua inclusão no Plano Regional de Reforma Agrária. O Secretário estadual de Assuntos Fundiários, José Aparício de Almeida, disse que a questão agora volta a ser da Justiça. (O Globo, 17/01/90)

### • Líderes presos

Agentes federais enviados ao município de Sena Madureira, no Acre, prenderam, no dia 17, e levaram para local ignorado, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira, Adão Alves, e um assessor da entidade e do Conselho Nacional dos Seringueiros, Adão Costa, além de cinco colonos. Adão Alves e Adão Costa lideraram 600 colonos do projeto de assentamento dirigido Boa Esperança, do governo federal, e há uma semana estavam acampados na sede do Incra em Sena Madureira para pressionar no sentido de uma liberação de recursos para o Programa de Financiamento da Reforma Agrária (Prócena). (JB, 18/01/90)

## Greve paralisa 7 refinarias e produção cai 65,7%

Após três dias de iniciado o movimento, sete das 11 refinarias da Petrobrás estão totalmente paradas devido à greve dos petroleiros. O refino de petróleo caiu 65,7%, passando de 1,13 milhão de barris diários para 387 mil barris. A produção de óleo registrou queda de 6,7%, sendo reduzida de 655 mil barris diários para 611 mil. O prolongamento da greve derrubou a ação da estatal, que caiu 5,28% na Bolsa do Rio, sendo cotada a NCz\$ 46.990,00. Nenhuma importação adicional está sendo realizada, mantendo-se, por enquanto, a exportação de 60 mil barris diários de gasolina para os Estados Unidos, garantiu o diretor.

Algumas refinarias estão funcionando a partir de acordo entre as lideranças sindicais e os superintendentes locais. É o caso da refinaria Landolfo Alves, na Bahia, que está processando 73,5 mil barris diários de petróleo, contra a carga normal de 135 mil barris diários, e a de Gabriel Passos (MG), que mantém a produção de 113 mil barris diários, unidade que registrou a menor adesão à greve.

Em Paulínea (SP), maior refinaria do país, com 207.500 barris diários, as negociações para a operação das atividades essenciais não estão chegando a um bom resultado, revelou o diretor industrial, Roberto Villa. A unidade está totalmente paralisada. Ele observou que a necessidade de operar um maior número de unidades em cada refinaria depende dos estoques locais, o que varia de acordo com a duração da greve. No caso da refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, que está operando normalmente, exceto algumas unidades intermediárias do processo de refino, não foi realizado qualquer contato entre a empresa e os sindicalistas.

### Produção

As áreas mais afetadas na exploração e produção de petróleo são Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Ceará e Bahia. No dia 17, 44 mil barris deixaram de ser produzidos, sendo 25 mil barris no Rio Grande do Norte. Não se registrou problemas na produção da Bacia de Campos, assegurou o diretor de

Exploração e Produção, Wagner Freire.

Equipes de emergência formadas por engenheiros e supervisores estão substituindo os grevistas tanto na área de produção quanto nas refinarias. Freire afirmou que a área mais crítica é o Nordeste, que teve paralisado o bombeamento do gasoduto Nordeste, em Guamaré, com 700 mil m<sup>3</sup> diários, devido à paralisação da produção nas plataformas. Na área de produção e exploração, trabalham 12 mil empregados, metade deles em regime de turno. A empresa está convocando os funcionários para voltarem ao trabalho, processo que demora 24 horas.

● O diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) Namir Salek revelou dia 17 que a Petrobrás deverá realizar uma altíssima importação de petróleo esse mês, e que poderá até aumentar devido a greve dos petroleiros.

As compras devem chegar a US\$ 320 milhões, enquanto em 1988 a média mensal ficou em US\$ 280 milhões. (JB, 18/01/90)

## Petroleiros querem recuperar o que a inflação comeu

Praticamente 100% dos petroleiros que trabalham em regime de turno nas refinarias aderiram à greve nacional deflagrada dia 16, reconheceu o diretor industrial da Petrobrás, Roberto Villa. Os trabalhadores exigem um reajuste de 64,78% sobre os salários de janeiro, mas a estatal oferece apenas 21,47%.

O balanço realizado dia 17 pelo comando de greve considerou que aproximadamente 55 mil trabalhadores, de uma categoria estimada em 65 mil, cruzaram os braços. Apenas as refinarias de Manaus

(Reman); Landolfo Alves, na Bahia; e Reduc, no Rio de Janeiro, continuam operando em carga reduzida. A refinaria de Campinas, em São Paulo, começou a paralisar suas atividades dia 17, enquanto as plataformas de Campos trabalham com 50% da capacidade.

O representante dos petroleiros garantiu também que os trabalhadores pretendem cumprir a Lei de Greve no que diz respeito aos setores essenciais, mas não vão abrir mão de participar da definição de prioridades sobre a distribuição dos combustíveis. "No dia 12 de ja-

neiro enviamos um telex à presidência da Petrobrás comunicando a decisão de greve tomada em assembléia e sugerimos ainda que se iniciassem os entendimentos para manter os setores essenciais em funcionamento".

Apesar disso, o representante sindical garantiu que até agora os dirigentes da estatal não responderam ao comunicado. Ele lembrou também que se não houver acordo nesse sentido o GLP (gás de cozinha) eo QAV (querosene de aviação) começarão a ser racionados. (JB, 17 e 18/01/90)



João Cerqueira



• Os grevistas da Petrobrás inauguraram dia 17, na história do monopólio estatal, um método para medir o potencial de sua jazida de empregos. Plantados na porta da sede da empresa, sem fazer piquetes ou molestar quem trabalhou, escolheram como prato de resistência para a manifestação na hora do almoço um abraço à sede da empresa, o gigante de concreto e vidro da Avenida Chile, no Rio de Janeiro, que abriga 7.500 funcionários em regime de estabilidade. Mesmo com adesão parcial, foi o bastante para formar a corrente de mãos dadas que cercou os quatro lados do edifício, num perímetro de 400 metros.

## ***Grevista garante o abastecimento de gás à população***

Depois de uma assembléia que começou às 12h30 e foi esvaziada principalmente pelo forte calor, cerca de 150 petroleiros saíram, dia 17, em manifestação do edifício-sede da empresa, na Av. Chile, até a Cinelândia - principal local de manifestações no Centro do Rio. Os grevistas que chegaram à frente da Câmara dos Vereadores por volta das 14h contaram com a colaboração da PM, que fechou o trânsito para dar passagem à manifestação. Segundo as lideranças do movimento, o principal objetivo da passeata era mostrar à população que

a greve não estava contra o povo. Para tal, eles distribuíram panfletos e nos discursos afirmavam que não queriam prejudicar o abastecimento.

"Não vai faltar gás para as donas de casa cozinharem", afirmou um petroleiro em cima do carro de som que puxava a manifestação. A principal palavra de ordem dos manifestantes ressuscitava um velho slogan: "Petroleiro unido jamais será vencido". E eles ainda clamavam pelo presidente da Petrobrás: "Sant'Anna, Sant'Anna devolve a nossa grana". (JB, 18/01/90)

<b>Brasil</b>	
<b>Gás de cozinha</b>	80 mil toneladas/8 dias
<b>Gasolina</b>	408 milhões de litros/22 dias
<b>Óleo diesel</b>	630 milhões de litros/10 dias
<b>Óleo combustível</b>	775 milhões de litros/34 dias

## Metalúrgicos terão reajuste salarial pela inflação

Os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos que recebem até 13 salários mínimos (NCz\$ 16.692,00) terão os vencimentos de janeiro e fevereiro reajustados pela inflação do próprio mês.

A proposta, aceita pelos três sindicatos, foi formulada pelo Grupo 19, que reúne os sindicatos empresariais do setor metalúrgico da Federação das Indústrias do Estado

de São Paulo (Fiesp) e é o primeiro acordo oficial concedendo a uma categoria reajuste salarial pela inflação futura e não mais pela passada, como está previsto na lei salarial. Este acordo vale até março quando as partes voltarão a negociar.

A proposta da Fiesp concede a quem ganha mais de 13 salários mínimos 60% da diferença entre a in-

flação passada e a inflação do próprio mês. Para quem ganha até 13 mínimos, serão pagos 100% da diferença.

O diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Walter Barelli, avaliou que essa proposta equivale a uma betenização mensal dos salários. (JB, 18/01/90)

### Bancário quer pagamento semanal

Os bancários de todo o país poderão deflagrar uma greve no mês de fevereiro reivindicando pagamento semanal de salários com reajuste pela variação do BTN fiscal. A paralisação será decidida no Encontro Nacional de Bancários, marcado para 10 de fevereiro, caso não surtam efeitos as negociações com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

A possibilidade foi levantada dia 18, em Porto Alegre, em reunião de 30 lideranças de 49 sindicatos de bancários de vários estados, ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os resultados serão discutidos com a diretoria da Fenaban e dirigentes de bancos oficiais na terça-feira, dia 23.

O diretor do Departamento Nacional de Bancários da CUT, Ricardo Berzoini, afirmou que "a greve é uma questão discutida a todo momento pela categoria, uma vez que a inflação vem se acelerando de maneira radical". Para ele, "a economia brasileira já está em hiperinflação, mas indexada pelo BTN acaba por iludir a população que recebe salários em cruzados".

Atualmente somente os bancos Sudameris, Banespa e Banco do Estado da Bahia estão pagando salários quinzenalmente, enquanto o Bamerindus antecipou o pagamento do dia 30 para dia 22 neste mês. Berzoini afirmou que, com o encontro de terça-feira com a Fenaban, "as reuniões entre bancários e banqueiros deixarão de ser informais como ocorreram até agora". (JB, 19/01/90)

### Antecipação não repõe perda

A tendência das campanhas salariais dos anos 90 é a redução dos períodos de reajuste mensais para quinzenais, semanais, diários e até horários, de acordo com as atividades de cada setor. Mas nenhuma dessas propostas vai repor as perdas do poder aquisitivo, pois a única solução é a redução do ritmo de aumento dos preços, com uma queda drástica da inflação, cujo índice oficial é e 1.764,86% nos últimos 12 meses.

A conclusão é do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), num trabalho encomendado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) semana passada. No estudo, intitulado "Os salários num contexto de inflação acelerada", o Dieese observa: "Quando as taxas de inflação se elevam, a maior frequência dos pagamentos não é capaz de evitar a perda do poder de compra."

Nos anos 80, a trajetória das campanhas salariais obteve êxito na redução dos períodos entre os reajustes, que mudaram de semestrais para trimestrais e, finalmente, mensais. "O desafio dos anos 90 é desenhar uma estratégia para ação que reduza os aumentos de preços, direcionando os custos do combate à inflação para outros setores da sociedade", propõe o Dieese.

Essas reivindicações por preservação do poder aquisitivo, reconhece a entidade, não contribuem para a estabilização da economia. "Mas a aceitação conformada do sacrifício, que vem sendo assumido por décadas, também em nada contribuirá. (JB, 18/01/90)

# Aconteceu

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fds.  
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis, 983  
01283 São Paulo SP

PORTE PAGO  
DR/RJ  
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL